TL 6006

III JORNADAS DE TIMOR DA UNIVERSIDADE DO PORTO

SESSÃO DE ABERTURA

9 de Maio de 1991

A. Barbedo de Magalhães

Ao abrir estas Jornadas eu desejo a todos saudar e agradecer a sua presença.

Gostaria de saudar muito particularmente os representantes da Convergência Nacionalista, Professor António Maria Araújo, Secretário Coordenador do Comité da Fretilin em Portugal, recentemente eleito, no quadro da reestruturação em curso neste movimento, e o Sr. Dr. Paulo Pires, Presidente da Comissão Política da UDT.

Gostaria também de fazer três agradecimentos muito especiais:

1º) ao Sr. Dr. Cerqueira Correia, Governador Civil do Porto que aqui representa o Governo, e cuja presença significa o interesse do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros em participar nestas Jornadas e que só o facto de se encontrar hoje no Brasil impediu de participar nesta sessão;

2º) ao Representante do Senhor Embaixador do Brasil e aos embaixadores dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) aqui presentes ou representados, cujos estados têm sido indefectiveis defensores do direito à autodeterminação e independência do Povo Maubere.

Subscrevendo e patrocinando as resoluções da Assembleia Geral da ONU, intervindo no Movimento dos Países Não-Alinhados, propondo e fazendo aprovar, conjuntamente com os representantes portugueses, resoluções na Assembleia Paritária ACP-CEE e actuando em tantos outros domínios das relações internacionais em defesa dos direitos dos seus e nossos irmãos timorenses, os PALOP têm sido, desde a primeira hora, um exemplo impar de solidariedade activa, constante e determinada, mesmo nas horas mais difíceis em que tantos dos principais responsáveis nacionais e internacionais hesitaram ou esmoreceram. Não é só o Povo de Timor, é também Portugal que deve muito aos PALOP, que nos lembram, constantemente, que para além das obrigações

jurídicas há laços históricos, morais e culturais bem mais fundos. E é neste quadro, também, que o problema de Timor tem que ser encarado e assumido.

Os frutos resultantes da existência, na prática, desta frente pró-Timor constituída pelos PALOP, levam-nos a considerar quão vantajoso poderia ser o alargamento desta frente a outros países, em articulação com a Potência Administrante que é Portugal, no caso desse alargamento se mostrar viável!

Apraz-nos a propósito registar um crescente interesse do Brasil pela questão de Timor-Leste.

Finalmente, queria agradecer ao Senhor Presidente da República o empenho que pôs em vir até ao Porto expressa e exclusivamente para esta Sessão de Abertura. Sabendo, como sabemos, que a agenda de Vossa Excelência estava extremamente sobrecarregada, assume especial significado a participação do Presidente da República nestas Jornadas cuja dimensão e alcance se tornam, só por isso, completamente diferentes. Estamos-lhe, pois, particularmente agradecidos. Mas não só por isso. Também e sobretudo porque desde a primeira hora que o Sr. Dr. Mário Soares ocupa o cargo de Presidente da República, o seu papel como defensor do direito à autodeterminação do Povo Maubere tem sido da maior importância, e tem-se manifestado, sem equivocos, nas mais diversas circunstâncias, nomeadamente nas deslocações ao estrangeiro do Presidente da República, e nos contactos com os outros chefes de estado que nos visitam. Para não nos alongarmos lembramos apenas três intervenções do Sr. Dr. Mário Soares, enquanto Presidente da República:

- A primeira, foi logo no discurso pronunciado no acto de posse, no início do seu primeiro mandato, em Março de 1986. Neste V.Exª, Senhor Presidente, depois de exprimir a sua "preocupação relativamente a Timor-Leste" disse (e citamos)

"Continuaremos a afirmar e a lutar pelo (seu) direito imprescritível à autodeterminação e independência".

Poucos meses depois, e coerente com esta afirmação, o Presidente da República discursava no Parlamento Europeu ao qual recordava (e citamos):

"Com indignação e protesto a situação dramática que continua a viver-se em Timor-Leste, ofendendo as mais elementares regras de convivência entre as nações e os direitos fundamentais do homem".

e continuava

"Portugal não está disposto a deixar Timor-Leste entregue à sua sorte, e espera das instituições comunitárias, e em particular deste Parlamento, a atenção e o interesse que a gravidade do problema reclama".

Uma vibrante salva de palmas obrigou o Senhor Presidente da República a interromper o seu discurso. No dia seguinte o Parlamento Europeu aprovava, quase sem votos contra, uma importantíssima resolução em que apelava, nomeadamente, *(...) "ao Governo da Indonésia para que cesse imediatamente as hostilidades contra os habitantes de Timor-Leste, ponha termo à ocupação deste território e respeite o direito do Povo Maubere à autodeterminação".*

O terceiro facto que desejaria referir foi a convocação do Conselho de Estado, em 29 de Julho de 1986, para se pronunciar sobre o eventual apoio português à deslocação de uma Missão das Nações Unidas para observar as eleições indonésias em Timor-Leste que teriam lugar em Abril de 1987, e que o Governo Indonésio pretendia que fossem consideradas como uma espécie de *"referendum"* ao Povo do Território.

Nós próprios, tal como toda a solidariedade, nos manifestamos por diversas vezes contra a aceitação dessa farsa. Mas entre alguns responsáveis políticos portugueses havia quem hesitasse e mesmo quem apoiasse esse envolvimento. Na véspera da Reunião do Conselho de Estado teve lugar uma sessão pública na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto na qual Monsenhor Martinho Lopes (incansável lutador da Causa Maubere a quem presto aqui a minha homenagem) denunciou a falácia das eleições anteriores e nós próprios nos manifestamos muito fortemente contra qualquer envolvimento português ou das Nações Unidas em semelhante fraude. O Conselho de Estado, que Vossa Excelência tão oportunamente convocou, também se pronunciou no mesmo sentido, e as Nações Unidas desistiram da ideia. Quando as eleições finalmente tiveram lugar, os resultados oficiais indonésios apresentaram um número de votos, em Timor, superior ao de eleitores!. Este milagre da multiplicação dos votos, tipico de um regime ditatorial sem o mínimo de escrúpulos, mostrou quão acertada tinha sido a decisão de recusar o envolvimento português num processo que, para ser uma consulta genuína, livre e democrática, exige a completa retirada dos ocupantes e uma efectiva liberdade de expressão e de voto.

Por tudo isto, Senhor Presidente, nós, e connosco o Povo Maubere e o Povo Português, lhe estamos extremamente gratos.

Realizam-se estas Jornadas sob o tema:

"TIMOR-LESTE, PORTUGAL E A COMUNIDADE INTERNACIONAL"

numa altura em que a Comunidade Internacional - apesar de a memória dos homens ser curta - ainda não se esqueceu da invasão e anexação do Kuwait pelo Iraque e dos graves riscos que o mundo correu em consequência dessa agressão.

A pronta reacção, não apenas da ONU, mas também dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e doutras potências, em nome dos valores que o direito internacional tem vindo a consagrar, e nomeadamente dos direitos dos pequenos povos e nações contra a prepotência dos mais poderosos, foi - apesar dos equivocos que encerrou - um sinal promissor na lenta e difícil passagem da lei da selva para o domínio do direito no quadro das relações internacionais. A par com a democratização nos países do Leste Europeu, na África - lusófona e não só - na América Latina e na Ásia, este é um sinal dos tempos de grande significado e alcance.

O esboroar da bipolização a que assistimos nos últimos anos, e a afirmação crescente dos valores da liberdade e da democracia, dos direitos humanos e dos povos, tornam a situação de Timor-Leste num caso singularmente aberrante neste final de milénio e na década que a ONU decidiu declarar como a *"Década da Irradicação do Colonialismo"*.

Aberrante é também a permanência, na Indonésia, de um regime militar ditatorial, feroz e sanguinário, erigido em 1965/66 sobre mais de meio milhão de mortos e perto de milhão e meio de presos políticos. Um regime que, ao longo do quarto de século da sua vigência, se tem mantido pela sistemática brutalidade com que reprime quaisquer laivos de crítica democrática.

O apoio que os governos dos Estados Unidos, do Japão, da Austrália e de muitos Estados da Europa Ocidental têm proporcionado a esse criminoso regime, inicialmente justificado por estes países pelo clima de guerra fria e pelo avanço comunista na região e no mundo, carece, cada vez mais, de sentido.

Há poucos meses Portugal apresentou queixa contra a Austrália no Tribunal Internacional de Justiça, em Haia, por causa do acordo australo-indonésio para a exploração do petróleo do Mar de Timor. Com esse gesto, o Governo Português tornou mais inequívoco o seu papel de Potência Administrante, abrindo caminho a novos avanços no campo jurídico e diplomático.

Saudamos, por isso, o Governo e os Orgãos de Soberania envolvidos nesta decisão. E permitimo-nos lembrar o importante papel que, nas actuais circunstâncias, pode desempenhar a Plataforma Internacional de Juristas por Timor-Leste em vias de constituição. O apoio moral e político que esta iniciativa já mereceu dos Orgãos de Soberania, e o apoio financeiro do Governo e, sobretudo, da Assembleia da República, são de realçar. Mas necessário se torna encontrar financiamentos complementares para lançar definitivamente esta Plataforma.

Mais recentemente, uma delegação do grupo internacional de *"Parlamentares Por Timor-Leste"*, liderada por Lord Avebury (que teremos entre nós no próximo sábado) e que incluiu deputados portugueses, da Austrália, do Japão e de outros países, foi recebida por Peres de Cuellar.

Neste encontro foi lembrada e reafirmada a posição da ONU, tendo o seu Secretário Geral recordado que todas as resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Timor-Leste permaneciam totalmente válidas e em vigor. A retirada das tropas indonésias e o exercício de um verdadeiro acto de autodeterminação continuam, pois, a ser reivindicações da Comunidade Internacional.

Estas clarificações permitiram à Assembleia da República responder finalmente à proposta que lhe foi apresentada para fazer deslocar uma Missão a Timor, no quadro das Nações Unidas e no contexto do mandato conferido pela Assembleia da ONU ao seu Secretário Geral.

Apesar do aproveitamento que a Indonésia procurará, naturalmente, fazer desta deslocação, apesar das ameaças e pressões que vem fazendo, há já tanto tempo, para evitar a manifestação genuína do querer e sentir do povo do território, estamos convencidos de que esta visita de observação poderá ser útil desde que devidamente preparada. Á Assembleia da República cabe agora uma grande responsabilidade nesse sentido, que confiámos que será plenamente assumida.

Referimos, há pouco, a evolução democrática que se tem verificado nos quatro continentes e a crescente afirmação do direito internacional. Não acontece isso por acaso, mas antes é o fruto de muita luta, de muitas mulheres e homens que se entregaram à defesa destes valores, cada vez mais necessários para a sobrevivência da humanidade.

No quadro de uma cada vez maior interdependência entre as nações do globo, se nem sempre são os valores éticos a determinar o comportamento dos dirigentes políticos, necessário é que o seja, ao menos, a muito pragmática constatação de que quando se pretende defender interesses próprios sem olhar

aos direitos alheios não se defendem sequer, de forma durável, os próprios interesses.

Neste quadro são particularmente dramáticas as posições da diplomacia da Santa Sé que, movendo-se, teoricamente, e por princípio, com base em valores éticos, na prática surge, no caso de Timor, e desde a primeira hora, a apoiar um regime opressor e sanguinário, de uma potência agressora e ocupante.

Este apoio ao ocupante tem-no dado o Vaticano pelo seu silêncio.

Com efeito, quinze anos de genocídio de todo um povo não mereceram ainda, da Santa Sé, uma palavra de denúncia pública clara e inequívoca, mas tão somente algumas raras manifestações de preocupação pela identidade cultural do Povo Maubere.

Com razão escreviam os religiosos de Timor-Leste em documento de reflexão conjunta redigido em 1981 (e cito):

- *"Também confessamos que ainda não compreendemos porque razão a Igreja Indonésia e a Igreja Romana não declararam oficial e abertamente a sua solidariedade com a Igreja, religiosos e povo de Timor-Leste. Talvez este seja para nós o golpe mais duro. Vendo a extensão da tragédia do povo de Timor-Leste, que se tem arrastado ao longo de 6 anos, fazendo um número de vítimas superior a 200.000 pessoas, incidente conhecido em todo o mundo, ficamos assombrados com o silêncio que parece permitir que morramos abandonados*".

Mas não é só o silêncio da Santa Sé que à Igreja de Timor, aos timorenses e a nós próprios nos doi tão profundamente. É também o silêncio sobre Timor imposto pelo Vaticano às suas Nunciaturas e até a alguns bispos, como recentemente denunciaram no Porto Cristãos Solidários com Timor-Leste em reunião realizada em 2 e 3 de Fevereiro e onde *"foi criticada a acção diplomática da Nunciatura Apostólica em Lisboa, ao não aceitar receber nem fazer chegar a Timor cartas de cristãos portugueses em que estes manifestavam a sua solidariedade para com a Igreja irmã deste território"*.

"Mais grave ainda foi considerada (nesse mesma reunião - e continuo a citar) *a retenção de cartas assinadas por perto de trezentos bispos católicos e muitas centenas de outros cristãos, dirigidas ao Secretário Geral da ONU, em apoio à proposta do Administrador Apostólico de Dili, no sentido de ser realizado um referendo livre e democrático através do qual o povo de Timor-Leste possa escolher o seu futuro"*. Quando sabemos - apesar de nunca ter sido dada uma justificação pública (nem sequer aos subscritores das referidas cartas) -

que foram instruções muito firmes da Secretaria de Estado do Vaticano que determinaram esse silenciamento, ficamos aterrados com os métodos utilizados neste caso, para calar um crime contra a humanidade tão grave e tão hediondo como é o genocídio do Povo de Timor-Leste.

Para além do silêncio conivente com que o Vaticano e a sua diplomacia têm estado ao lado do ocupante contra o martirizado povo timorense, há a acrescentar ainda a confusão propositadamente gerada pela Sala de Imprensa e por Secretarias do Vaticano, assim como por revistas de algumas congregações religiosas católicas.

Nestas últimas Timor-Leste aparece, por vezes, como parte integrante da Indonésia, como se vivesse numa situação perfeitamente normal onde nada de criticável se passasse ...

Quanto à Sala de Imprensa do Vaticano - e conforme foi oportunamente denunciado em Carta Aberta de 18/4/1990 do grupo Paz e Justiça para Timor-Leste - *"ao anunciar a todo o mundo a visita de Sua Santidade ao Extremo Oriente, esta incluiu Timor-Leste no périplo indonésio da visita papal, como se se tratasse de uma região ou província indonésia"*. Perante os protestos de Portugal a Nunciatura Apostólica entregou uma nota ao Governo em que esclarece que *"as expressões utilizadas pela Sala de Imprensa tinham finalidade jornalística"*, que é como quem diz, para que os jornalistas de todo o mundo confundissem deste modo a opinião pública internacional ...

Compreende-se que a Santa Sé se preocupe em proteger a muito minoritária mas florescente Igreja Indonésia, que vive, trabalha e cresce na mais populosa nação islâmica do globo. Mas não podemos admitir que os fins justifiquem os meios, sobretudo quando os meios empregues são os que referimos e que nos dispensamos de qualificar.

Sabemos que seremos mal compreendidos e dói-nos ter que denunciar os métodos utilizados pela diplomacia do Vaticano. Mas, como já o fizemos noutras ocasiões, antes e depois do 25 de Abril, não podemos ficar calados se alguém - como o deu a entender o Revº Padre Tucci ao preparar a visita Papal a Timor-Leste - se dispõe a sacrificar a Igreja e o povo deste território a quaisquer interesses, nem que esses sejam os da Igreja Indonésia ou até, proventura, da própria Igreja Universal. Há alturas em que é preciso dizer que o *"Rei vai nu"* - por amor ao povo ... e por amor ao próprio Rei!

Por isso mesmo, na véspera da chegada de João Paulo II a Portugal, faço meu também o apelo dirigido ao Papa por personalidades cristãs - católicas e

protestantes - em documento já entregue na Nunciatura Apostólica. Nesse documento, depois de lembrarem as Resoluções da ONU reconhecendo *"o direito inalienável do povo (de Timor-Leste) à autodeterminação"* e pedindo *"ao Governo da Indonésia que retire, sem demora, todas as suas forças do território"* esse grupo de cristãos apela a Sua Santidade para *"que eleve a Sua voz perante a opinião pública internacional e faça sentir a Sua influência junto das instâncias internacionais com responsabilidades na questão, em defesa dos legítimos direitos do povo timorense cujo sangue e sofrimento nos ferem tão profundamente a consciência"*.

Dirijo daqui este apelo ao Papa João Paulo II - que tão eficientemente soube lutar pela libertação do seu povo polaco e pela democratização do Leste Europeu, que com clareza e constância tem defendido o direito à autodeterminação da Lituânia e das outras repúblicas bálticas e até do povo palestiniano, que justamente o reclamam - com a esperança de que saberá defender os legítimos interesses da Igreja na Indonésia sem pôr em causa os direitos do Povo de Timor-Leste.

De facto o fim da bipolização do mundo e a corrente de liberdade que, felizmente, tem varrido os quatro continentes, cria condições particulamente favoráveis a uma evolução democrática na Indonésia.

Por isso é com serena confiança que fazemos este apelo a Sua Santidade e que damos início a estas Jornadas, saudando a Resistência e a Igreja Timorense e todo o Povo Maubere que, apesar das condições serem tão dolorosamente difíceis e adversas, continuam a lutar pelo direito à autodeterminação e independência da sua Pátria.

Porto, 9 de Maio de 1991

A. Barbedo de Magalhães
(Professor Catedrático)
Coordenador das III Jornadas da UP